

# TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES E PRÁTICAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Cristiane Ott Lopes Dias<sup>1</sup>  
Edilete A. Z. Giachini<sup>2</sup>  
Jessica Sartori M. Correa<sup>3</sup>  
Juliana Deise de Lima<sup>4</sup>  
Priscila Soares Vidal Festa<sup>5</sup>

## RESUMO

A inclusão escolar é uma realidade no contexto educacional brasileiro, e uma vez que as pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) têm direitos garantidos por lei, torna-se cada vez mais comum os professores regentes e auxiliares se depararem com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sala de aula. Uma das discussões que envolvem este tema diz respeito à indagação se os professores regentes e auxiliares têm formação específica para atuarem com esses alunos, e como lidam com essas especificidades em sala de aula, pois é no ambiente escolar em que os discentes com TEA serão preparados para viver em sociedade. Nesse sentido, a pesquisa parte da seguinte problematização: Quais são os aspectos necessários para que a inclusão de alunos que apresentam TEA se efetive na escola comum? O objetivo geral é analisar os aspectos referentes ao processo de ensino-aprendizagem do aluno com TEA na prática pedagógica. A abordagem utilizada neste trabalho é classificada como qualitativa. Em relação aos objetivos, é definida exploratória do tipo bibliográfica com pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi realizada com duas professoras regentes e duas

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. *E-mail*: cristiane.dias@mail.fae.edu

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. *E-mail*: edilete.giachini@mail.fae.edu

<sup>3</sup> Aluna do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. *E-mail*: jessica.correa@mail.fae.edu

<sup>4</sup> Aluna do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. *E-mail*: juliana.deise@mail.fae.edu

<sup>5</sup> Orientadora da Pesquisa. Mestra em Distúrbios da Comunicação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professora da FAE Centro Universitário – Disciplinas de Dificuldades de Aprendizagem e Intervenções Pedagógicas, Psicologia da Educação, Introdução à Libras e Educação Inclusiva. *E-mail*: priscila.festa@fae.edu

professoras auxiliares que atuam com crianças com TEA. Para a realização da pesquisa de campo foram levantadas questões quanto ao tempo de docência, formação, formação continuada, dentre outros elementos que conduzem o processo educativo. Por meio da pesquisa, foi possível constatar que, ao receberem crianças autistas nas escolas, as profissionais sentiram-se inseguras e tiveram dificuldades no trabalho com essas crianças, além de sentirem falta de formação continuada para melhor lidar com as situações cotidianas, e sintam-se preparados e reflexivos em suas práticas. Portanto, para que uma escola seja considerada inclusiva, não basta apenas que se tenham professores trabalhando em classes comuns com alunos com deficiência e uma equipe multidisciplinar, pois para efetivar este trabalho faz-se necessário que os profissionais estejam capacitados a exercer esta função, buscando aprimoramento da sua prática, planejando, adaptando, organizando e fazendo uso de recursos, materiais didáticos e pedagógicos, buscando novas estratégias e metodologias a fim de efetivar o processo de incluir.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar. Educação Infantil.

## INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) é uma realidade no cenário brasileiro e torna-se cada vez mais comum os professores regentes e auxiliares terem alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sala de aula. De acordo com Carvalho (2009), no contexto das escolas comuns, é possível perceber que muitos professores possuem dificuldades no processo de ensino de alunos com TEA, professores encontram-se inseguros e com medo de não contribuir para a aprendizagem da criança.

O tema desta pesquisa está relacionado ao Transtorno do Espectro Autista e a possibilidades e práticas no processo de ensino-aprendizagem. Sua delimitação é a partir da realidade de professores regentes e auxiliares da Educação Infantil de três (3) escolas particulares do município de Curitiba – PR, durante o tempo de Março a Novembro de dois mil e dezenove.

A pesquisa parte da seguinte problematização: Quais são os aspectos necessários para que a inclusão de alunos que apresentam TEA se efetive na escola comum? A hipótese que dirige a pesquisa é que os professores regentes e auxiliares apresentam dificuldades no desenvolvimento do processo de inclusão dos alunos com TEA. O objetivo geral é analisar o ensino-aprendizagem do aluno com TEA na prática pedagógica. Os objetivos específicos são: a) Apresentar os aspectos legais que embasam a inclusão; b) Apresentar o perfil do professor que atua na inclusão escolar de alunos com TEA; c) Identificar as principais dificuldades enfrentadas por professores e auxiliares, relacionando teoria e prática.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica com pesquisa de campo, e para a coleta de dados foi utilizada entrevista semiestruturada como instrumento.

Portanto, buscou-se entender por meio da pesquisa como se dá a ação pedagógica de professores e auxiliares no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com TEA.

### 1 ASPECTOS LEGISLATIVOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

No Brasil há documentos oficiais que normatizam a Educação Especial, assim como atos internacionais que fazem parte das orientações do sistema educacional inclusivo.

O quadro a seguir (QUADRO 1) foi organizado com o objetivo de situar o leitor quanto aos documentos relevantes relacionados aos direitos da pessoa com deficiência.

Sua organização foi construída a partir de documentos oficiais e atos internacionais<sup>6</sup>.

QUADRO 1 – Documentos oficiais e a inclusão escolar

ANO	NATUREZA	DOCUMENTOS	RELAÇÃO COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
1996	Legislação	Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 (BRASIL, 1996)	Educação Especial como modalidade de ensino em todas as etapas educacionais
1999	Ato internacional	Convenção de Guatemala (BRASIL, 1999)	Integração social ou o desenvolvimento pessoal das pessoas com deficiência sem qualquer tipo de discriminação
2009	Legislação	Decreto nº 6.949 (BRASIL, 2009)	Assegurar o acesso total as instituições de ensino de todos os níveis, etapas e modalidades de forma inclusiva
2011	Legislação	Decreto nº 7.611 Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2011)	Garantido o serviço de apoio para ajudar no processo de escolarização alunos com deficiência
2012	Legislação	Lei nº 12.764	Direito ao acesso à educação para pessoas com Transtorno do Espectro Autista, considerado pessoa de inclusão
2014	Legislação	Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014)	Universalizar o acesso à educação e ao atendimento especializado, garantindo um sistema educacional inclusivo
2015	Legislação	Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015)	Direito da pessoa com deficiência, assegurados no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida.

FONTE: As autoras (2019)

Como documento oficial, cita-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) nº 9394/96 (BRASIL, 1996), a lei superior da educação brasileira, que é composta por artigos que abordam os assuntos desde a Educação Infantil até ao Ensino Superior, em todas as modalidades de ensino. Sendo assim, a Educação Especial é uma modalidade, em que o aluno com necessidades educacionais especiais o tem o direito de estudar em todas as etapas da educação (MANTOAN; PRIETO, 2006).

Como ato internacional relevante à inclusão escolar, na Convenção de Guatemala em 1999 (BRASIL, 1999), foram tratados assuntos relacionados aos direitos humanos, liberdades e inclusive o direito da pessoa não ser discriminada devido a sua deficiência.

<sup>6</sup> Define-se como ato internacional “um acordo firmado entre países, regido pelo direito internacional. São como ‘contratos’ firmados entre pessoas jurídicas de direito internacional (Estados, organismos internacionais, etc.) com a finalidade de regulamentar determinadas situações e convergir interesses comuns ou antagônicos” (BRASIL, 2017).

Em 2009, o Decreto nº 6.949/2009 assegurou o acesso total das pessoas com deficiência às instituições de ensino de todas os níveis, etapas e modalidades de forma inclusiva (BRASIL, 2009).

Com o reconhecimento da inclusão no ambiente escolar, em 17 de novembro de 2011, instituiu-se o Decreto nº 7.611 que descreve sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme no artigo 2º é garantido como serviço de apoio para ajudar no processo de escolarização alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (BRASIL, 2011).

Nesse contexto do processo da escolarização de alunos com deficiência, foi elaborada uma lei nº 12.764, sendo específica para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conhecida como Lei Berenice Piana (BRASIL, 2012).

Esta lei instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para a sua efetivação (BRASIL, 2012) sendo que “a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL, 2012, artigo 1º).

Em 25 de junho de 2014, foi aprovada a Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014) - no Plano Nacional de Ensino (PNE), em que se apresentou metas para a Educação Especial, qual prevê universalizar o acesso à educação e ao atendimento especializado a todos os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo um sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2014).

Posteriormente em 6 de julho de 2015, a Lei nº 13.146, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), também assegurou o direito à educação das pessoas com deficiência.

Assim a partir desses conteúdos percebe-se que a pessoa com o Transtorno do Espectro Autista, tem o direito como cidadão para viver de forma inclusiva, com amparo de atendimento especializado no processo de ensino-aprendizagem.

## **2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) (APA, 2013), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno de desenvolvimento caracterizado pelo comprometimento das habilidades sociais e de comunicação além do comportamento repetitivo e restritivo. Para uma criança ser diagnosticada com o TEA, ela deve se enquadrar nos critérios presentes no DSM-V (APA, 2013).

Em relação ao transtorno, em 1943, Leo Kanner<sup>7</sup> havia observado que as características de um de seus pacientes remetiam à descrição de um estudo clássico de 1938. De acordo com Kanner (1997), a principal característica por ele observada em seus pacientes era a incapacidade que essas crianças tinham de se comunicar com as demais pessoas.

Em 1944, Hans Asperger<sup>8</sup>, fundamentou outras características como a dificuldade no contato afetivo com outras pessoas, anormalidade da fala, constante busca de uma rotina, descrevendo também entre outras características por ele observadas, como a fascinação na manipulação dos objetos, capacidades visuo-espaciais e de memória desenvolvidas, no entanto desenvolvendo uma dificuldade de aprendizado importante nas demais áreas (BELISÁRIO FILHO; CUNHA, 2010).

## 2.1 MÉTODOS DE ENSINO PARA ALUNOS COM TEA

São vários os métodos utilizados para a estimulação e promoção do desenvolvimento e aprendizagem da pessoa com autismo. Dentre os mais citados pela literatura, para desenvolver a prática pedagógica junto aos alunos com TEA, encontram-se os métodos: TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and related Communication Handicapped Children*), PECS (*Picture Exchange Communications System*) e ABA (*Applied Behavior Analysis*).

O método TEACCH (*Treatment and Education Of Autistic and Related Communication handicapped Children*) deriva da Psicolinguística, no qual proporciona uma ponte interdisciplinar entre a psicologia cognitiva e a linguística com o propósito de estudar a “interação entre o pensamento e a linguagem, estabelecendo uma constatação de que a imagem visual é geradora de comunicação” (WALTER, 2000 apud SERRA, 2010).

O método PECS - Sistema de Comunicação através da Troca de Figuras (*The Picture Exchange Communication System*) colabora no desenvolvimento da comunicação de pessoas que apresentam dificuldade de se expressar e compreender a linguagem falada o que os outros esperam. Pela praticidade que o método apresenta, um dos pontos mais relevantes é o uso no ambiente familiar, escolar e em outros meios que o autista participa (SERRA, 2010).

---

<sup>7</sup> Leo Kanner, médico nascido no antigo Império Austro-Húngaro que emigrou para os Estados Unidos em 1924, tornando-se chefe do serviço de psiquiatria infantil do Johns Hopkins Hospital de Baltimore, publicou em 1943 o artigo “Os distúrbios autísticos do contato afetivo” (BRASIL, 2013).

<sup>8</sup> Hans Asperger, médico psiquiatra austríaco, formado na Universidade de Viena, escreveu o artigo “Psicopatologia autística da infância” (MELLO, 2001).

O método ABA - Análise Aplicada do Comportamento, baseia-se na teoria originada a partir dos estudos de Skinner, no qual trabalha-se o comportamento e as habilidades das pessoas no espectro autista a partir do reforço e condicionamento. Serra (2010, p. 8) diz que “para a aplicação do ABA é necessário que o ambiente de aplicação seja muito similar ao ambiente natural da criança, pois isso garantirá a generalização da aprendizagem”.

No Quadro 2 são apresentados os objetivos e características de cada método.

Conforme Caramicolo (2013), Faggiani (2010), Ferreira (2016), Leite (2015), Macedo (2011) e Paraná (2016).

QUADRO 2 – Métodos de ensino para alunos com TEA

MÉTODO	OBJETIVO	CARACTERÍSTICAS
TEACCH	Incentivar o aluno autista a comunicar de forma alternativa através de pranchas adaptadas, promovendo a interação com os pares, também no seu desenvolvimento individual, através de rotinas e flexibilidade. (LEITE, 2015, p. 24)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A organização da área física, na qual a disposição dos móveis oferece pistas visuais ao aluno de maneira que consiga se deslocar independentemente dentro do espaço, evitando assim a distração e oportunizando-lhe o reconhecimento da função de cada área disponibilizada;</li> <li>• A programação diária e o uso de rotinas incorporadas em agendas, que indicam visualmente a rotina programada do aluno, auxiliando na transição independente entre as atividades que deverá realizar (portanto, a indicação visual da agenda individual dependerá do nível de compreensão e comunicação do aluno)</li> <li>• Método de ensino, sendo imprescindível, durante o aprendizado de uma rotina pelo aluno autista, posicionar as atividades de forma sistemática e em sequência, a fim de evitar o excesso de instruções verbais (FERREIRA, 2016).</li> </ul>
ABA	Ensinar comportamentos adequados que permitam ao autista uma vida independente e integrada à comunidade (FAGGIANI, 2010).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caramicolo (2013), diz que para a intervenção da análise de comportamento aplicada a crianças com TEA são divididas em fases, sendo elas:</li> <li>• avaliação comportamental, buscando apontar as variantes que a controlam;</li> <li>• seleção de metas e objetivos, em médio prazo refere-se ao desenvolvimento da comunicação, adequando os comportamentos sociais e generalizando os comportamentos aprendidos;</li> <li>• desenvolvimento dos programas de tratamento, no qual se determinam com clareza quais comportamentos devem ser ensinados, sendo necessário que se faça um diagnóstico prévio do que a criança já sabe para que, no decorrer do programa, perceba sua evolução;</li> <li>• efetivação da intervenção.</li> </ul>

FONTE: As autoras (2019)

Por meio do conteúdo apresentado, foi possível conhecer algumas características da criança com TEA e os métodos usados para desenvolver as práticas pedagógicas com esses alunos.

### **3 O PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Conviver com as diferenças é um desafio nas escolas, e percebe-se que ainda existe insegurança por parte dos professores quando o assunto abordado é Educação Inclusiva (CARVALHO, 2009).

Assim como na sociedade, a escola é um espaço em que se é possível conviver com a diversidade. Os professores precisam conhecer a criança, respeitando assim suas individualidades e diferenças, para que assim, segundo Mantoan (2001), o aluno sintá-se incluído na escola.

A formação dos professores para atuar na Educação de alunos de inclusão está assegurada na Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996), ao prever “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, artigo 58 e inciso III).

Portanto, nas escolas inclusivas, o perfil necessário para o profissional é que este seja capaz de identificar as potencialidades e as dificuldades do aluno com NEE, além de ter em sua grade curricular assuntos relacionados à Educação Inclusiva (CARVALHO, 2009).

Em relação à formação de professores de todos os alunos com deficiência, Carvalho e Ribeiro (2013, p. 6) afirmam que esta “deve incluir, sobretudo este trabalho reflexivo e crítico sobre suas práticas e não apenas conhecimentos teóricos e descontextualizados”.

Com isso, é fundamental que o professor e seu auxiliar, busquem informar-se sobre as características do TEA, de como elas podem afetar o cotidiano escolar não só do aluno autista, mas também dos colegas e profissionais que estão em contato com esse aluno (MARIA; ANDRADE, 2015, p. 57).

Na prática pedagógica, o professor precisa proporcionar um ensino de qualidade aos alunos, mas, de acordo com Maria e Andrade (2015) percebe-se um grande anseio por parte dos professores em receber alunos diagnosticados com autismo, o que gera uma insegurança no profissional.

Carvalho (2009) afirma que a recusa de um professor em receber um aluno com alguma necessidade educacional especial, pode ser interpretada de várias maneiras, que, por vezes, acaba por sentir-se incapaz ou desqualificado, projetando em si mesmo o medo de não ser suficiente para o desenvolvimento do aluno.



Para Campos e Caron (2016) a formação continuada abre campo para a reflexão sobre o que já se sabe e o que é necessário aprender. Tendo em vista a melhoria da qualidade da educação especial, portanto a formação reflete diretamente na atuação pedagógica dentro de sala de aula. Os saberes partilhados na formação trazem para o domínio teórico/prático dos professores o embasamento que podem auxiliar esses profissionais no seu cotidiano escolar (CAMPOS; CARON, 2016, p. 45).

Também se faz importante entender que a afetividade está vinculada ao contexto escolar. Quando a criança se sente amada, acolhida, ela tem uma sensação de segurança, e essa sensação irá proporcionar uma aprendizagem mais significativa. É muito importante que o professor entenda como a afetividade interfere no aprendizado (MATTOS, 2008, p. 57).

Ou seja, uma escola que proporciona inclusão é aquela que possibilita ao aluno superar seus limites. De acordo com Costa (2011), o educador precisa ter um olhar apurado, pois a escola para esses alunos precisa ser um lugar acolhedor, seguro e afetivo, permitindo que o educando possa assim criar vínculos no espaço escolar.

## **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa (GOLDENBERG, 1997), definida exploratória do tipo bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2007) com pesquisa de campo (GIL, 2009). Para a coleta de dados foi utilizada entrevista semiestruturada composta por vinte e uma (21) perguntas divididas em cinco (5) categorias de análise, a saber, 1) Identificação, 2) Formação continuada, 3) Prática pedagógica, 4) Rede de apoio e 5) Vivências.

A pesquisa de campo teve por objetivo identificar as principais dificuldades enfrentadas por professores e auxiliares em sala de aula com os alunos autistas e por meio dos dados obtidos, testar as hipóteses formuladas, assim evidenciando os resultados obtidos e relacionando-os ao objetivo proposto, tendo como proposta relacionar o referencial teórico com a realidade prática observada.

A pesquisa foi realizada em três (3) escolas particulares de Educação Infantil do município de Curitiba-PR. A entrevista foi composta por vinte e uma (21) perguntas abertas divididas em cinco (5) categorias, sendo; 1) Identificação; 2) Formação continuada; 3) Prática pedagógica, 4) Rede de apoio e 5) Vivências e contou com a participação de duas (2) professoras regentes (da mesma escola) e duas (2) auxiliares (de escolas diferentes, uma (1) de cada escola) que atuam no ano vigente com alunos autistas. Para preservar a identidade das entrevistadas, as professoras regentes foram

identificadas respectivamente como P1 e P2, e as auxiliares como A1 e A2. No caso da P1, ao referir-se ao aluno com TEA, o nome verdadeiro do mesmo foi substituído por “L”. Vale ressaltar que a entrevista foi gravada com transcrição literal da fala dos entrevistados. Todos os entrevistados da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE). Os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo serão apresentados na seção 6 (análise de dados).

## 5 ANÁLISE DE DADOS

Em relação à categoria de análise intitulada como formação continuada foi perguntado às entrevistadas se realizaram cursos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista.

Quatro (4) profissionais da área da educação responderam a entrevista na qual duas (2) relataram que tiveram formação continuada, em relação ao TEA e duas (2) não tiveram formação continuada.

Por meio desses dados, pode-se observar que ainda não é atribuída a devida importância à formação continuada. Carvalho e Ribeiro (2013, p. 6) apontam que “a formação destes professores para atuarem com os alunos com deficiência, deve incluir, sobretudo este trabalho reflexivo e crítico sobre suas práticas e não apenas conhecimentos teóricos e descontextualizados”. Logo, a formação continuada é de extrema importância para que os profissionais se sintam preparados e reflexivos quanto às suas práticas para atuar no cotidiano com crianças com tais especificidades.

Na categoria de análise, Práticas Pedagógicas, as entrevistadas também foram questionadas sobre questões presentes no cotidiano da sala de aula como: conhecimento prévio do aluno com TEA, métodos que utilizados pelas profissionais no ensino de crianças com TEA, as adaptações realizadas nas atividades e a avaliação desses alunos.

Em relação ao conhecimento prévio do aluno com TEA, P2 relata que “*teve um pouquinho de dificuldade para conhecer esse aluno*”, e ressalta sobre a importância de conhecer o aluno antes de recebê-lo em sala. Ainda P2:

Eu acredito assim, que a gente deve conhecer um pouquinho esse aluno que a gente vai receber antes do início do ano né, saber um pouquinho mais da história dele é, ele nos conhecer para que a gente não comece o ano atribulado né, sem conhecê-lo e ter um pouquinho mais de conhecimento de como ele, a funcionalidade dele, né.

No que se refere ao conhecimento prévio do aluno, de acordo com Mantoan (2001), conclui-se que quando não acontece esse conhecimento, este pode ser um fator que dificulta o trabalho do docente no decorrer do processo de aprendizagem.

Em relação às práticas pedagógicas, perguntou-se às professoras se elas tinham conhecimento dos métodos de ensino que podem ser utilizado com pessoas com TEA como o TEACCH, PECS ou ABA. Concluiu-se que duas (2) tinha conhecimento dos métodos citados, porém não são utilizados em sala, e duas (2) não tinha o conhecimento de nenhum método utilizado para crianças com TEA.

A P1 afirma que *“sim, o PECS faz parte do método ABA, né. A gente não trabalha, mas já ouvi falar. O L faz uso de alguns deles o PECS e o ABA, não no colégio. O apoio externo é feito com esses métodos”*. P2 relata que *“Já ouvi falar do TEACCH e do ABA”*, e A1 e A2 não tinham conhecimento dos métodos.

A escola é um local de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Sendo assim, faz-se necessário o uso e conhecimento de metodologias que favoreçam para um desenvolvimento efetivo e inclusivo da criança com TEA (PARANÁ, 2016).

Em relação às adaptações de atividades, perguntou-se às entrevistadas se as atividades elaboradas eram adaptadas para alunos com TEA. A P1 diz *“que as atividades eram adaptadas então haviam lá registros que eram iguais das crianças, do coletivo né, do grupo, mas 90% eram adaptadas”*, já a A1 relata que *“Não. A escola não diferencia, é a mesma coisa pra todo mundo”*.

Quando questionada sobre as adaptações, a P2 afirmou que *“algumas sim, outras não. Depende da funcionalidade de cada atividade”* e segundo a A2, as adaptações acontecem *“de acordo com o ambiente, se eles estão confortáveis em determinado ambiente, a gente direciona a atividade para a direção que eles estão, mas a atividade continua sendo a mesma que os demais”*.

De acordo com Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011), em seu artigo 3º, defende que as atividades assim como métodos e recursos devem ser adaptados para atender as necessidades individuais do educando.

Outro dado levantado foi a respeito da avaliação dos alunos com TEA. Ao ser questionada, a P1 informou:

Ele tinha é, através do parecer descritivo ele teve. O parecer descritivo é feito para todas as crianças daquela faixa etária. Então a avaliação dele não era

diferenciada, o método avaliativo. Mas a avaliação dele ere diferenciada por que os objetivos dele foram adaptados, então os indicadores eram adaptados é, alguns de um nível anterior, então por exemplo um nível abaixo, outros eram modificados sempre pensando naquilo que ele poderia alcançar. Então a gente primeiro adaptou aqueles indicadores e depois o método avaliativo foi o mesmo, foi o parecer descritivo (P1, 2019).

Já para A1 *“ele é acompanhado pela psicopedagoga da escola, muito eventualmente”*, a P2 relata que a avaliação *“é realizada da mesma forma do que as outras crianças, com a avaliação descritiva”*.

A avaliação precisa ser vista como um processo dinâmico, que leva em consideração tanto o conhecimento prévio quanto o nível de desenvolvimento do aluno. De acordo com o artigo nº 31 da LDBEN (BRASIL, 1996) a avaliação na Educação Infantil deve ser feita com base no desenvolvimento e acompanhamento da criança. Porém, para que a avaliação do aluno com TEA venha a ser mais efetiva, faz-se necessário que, de acordo com Maria e Andrade (2015), os profissionais que trabalham com esses alunos venham a conhecer mais a fundo as características em torno do autismo.

Bolsanello (2005) afirma que a avaliação de crianças autistas não deve ser limitada apenas ao conhecimento do conteúdo curricular, mas que é importante identificar o que ele compreendeu e qual o uso disso no seu cotidiano, conhecendo o nível em que ele se encontra.

Outro dado indagado na categoria de análise, Rede de apoio, foi sobre o suporte dado ao professor (fornecidos pela escola e outros especialistas). Perguntou-se às professoras regentes e auxiliares se a escola dá um suporte para auxiliar na realização do ensino de forma efetiva. P1 afirma *“quando solicitado”*, A1 *“não tem nenhum auxílio”* e P2 ressalta *“em alguns momentos”*. Ao concluir sua fala sobre quais momentos seriam esses, P2 apresenta que: *“mas depois de um conselho de classe, trocas de ideias e experiências com a coordenação a gente começou a alinhar a nossa forma de atendimento e tratamento com ele”*.

No que se refere ao apoio, percebe-se que a escola oferece muito pouco, muitas vezes não acontece ou apenas quando é solicitado. Campos e Caron (2016) trazem a importância do apoio como meio de compartilhamento de saberes o qual é de grande ganho para auxiliar na prática com a inclusão. Além disso, é enfatizado a importância da socialização entre os professores, permitindo a partilha dos seus saberes de forma crítica e reflexiva sobre os desafios apresentados em sala de aula.

E também referente ao apoio recebido pelo professor para a efetivação na inclusão escolar, foi perguntado às professoras se existe uma equipe multidisciplinar que auxilie no trabalho com essas crianças. Das quatro (4) entrevistadas, três (3) responderam que não tinham uma equipe multidisciplinar para este apoio. E apenas uma (1) representada pela A2, afirma *“tem as psicólogas, mas a tutoria não tem”*.

De acordo com Decreto nº 7.611 de 2011, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) conforme descrito no artigo 2º, é garantido como serviço de apoio para ajudar no processo de escolarização dos alunos com deficiência (BRASIL, 2011).

Assim a lei prevê que o aluno tem o direito a receber apoio e atendimento especializado para auxiliar no trabalho pedagógico do mesmo de acordo com a sua necessidade, ou seja, nota-se a partir das respostas das entrevistadas que não estão de acordo com que a lei estabelece.

E ao final da entrevista, indagou-se às professoras sobre a categoria de análise *“Vivências”*. Nesse quesito, especificamente qual foi o sentimento das profissionais ao descobrir que teriam um aluno com TEA em sala de aula.

As respostas foram similares, como P1 relata que *“foi conflituoso”*, a P2 respondeu *“a gente fica ansiosa, fica é... esperançosa sim”*. Já as professoras auxiliares afirmaram que existiu *“um leve desconforto, porque a gente não se sentia preparada para ter um aluno autista em sala”* de acordo com A1 e A2 descreve como *“espanto... não estar acostumada em ter ele ali em tanto tempo”*.

Carvalho (2009) afirma que conviver com diferenças é um desafio nas escolas, e percebe-se que ainda existe muita insegurança por parte dos professores quando o assunto abordado é Educação Inclusiva. Ainda Carvalho (2009) cita que o professor, por vezes, acaba por sentir-se incapaz ou desqualificado, projetando em si mesmo o medo de não ser suficiente para o desenvolvimento do aluno.

Assim entende-se que a inclusão de crianças com alguma necessidade educacional especializada no âmbito escolar gera uma insegurança, principalmente quando a criança tem diagnóstico do TEA (Transtorno do Espectro Autista).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que trazem as legislações vigentes pode-se perceber avanço no que diz respeito à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) no processo educativo, pois são os documentos oficiais que garantem o direito de tais pessoas.

Por meio da fundamentação teórica deste trabalho, foi possível ganhar uma boa aproximação ao tema Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas especificidades. Compreender como são utilizados e a finalidade dos métodos TEACCH, PECS e ABA, além de conhecer melhor sobre os aspectos legislativos que favorecem no processo de inclusão.

A problematização que norteou a pesquisa foi: Quais são os aspectos necessários para que a inclusão de alunos que apresentam TEA se efetive na escola comum? Portanto, os aspectos necessários estão relacionados à formação continuada, adaptação na prática pedagógica e afetividade.

Em relação à formação dos professores para atuar no trabalho com alunos com NEE, percebe-se a necessidade de capacitação desse profissional para atuar com esses alunos, além de conhecer as características do TEA. A partir disso, o professor pode fazer as adaptações curriculares necessárias de acordo com o que o aluno precisa para alcançar uma educação de qualidade. Outro aspecto relevante citado está relacionado à afetividade, por ser um fator importantíssimo para que a criança realmente sinta-se incluída.

Por meio da pesquisa de campo realizada com as professoras regentes e auxiliares, foi possível constatar que, ao receberem crianças autistas nas escolas, as mesmas sentiram-se inseguras e tiveram dificuldades no trabalho com essas crianças, além de sentirem falta de formação continuada para melhor lidar com as situações cotidianas, e sintam-se preparados e reflexivos em suas práticas.

Para concluir, compreende-se que o professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento, mas também entre o aluno e o meio social em que está sendo inserido, o professor pode contribuir para uma socialização mais efetiva, aprendendo como conviver em um ambiente totalmente novo, criando e estreitando laços fora do ambiente familiar, sendo a escola, muitas vezes, o primeiro contato da criança com o mundo.

Portanto, para que uma escola seja considerada inclusiva, não basta apenas que se tenham professores trabalhando em classes comuns com alunos com deficiência e uma equipe multidisciplinar, pois para efetivar este trabalho faz-se necessário que os profissionais estejam capacitados a exercer esta função, buscando aprimoramento da sua prática, planejando, adaptando, organizando e fazendo uso de recursos, materiais didáticos e pedagógicos, buscando novas estratégias e metodologias a fim de efetivar o processo de incluir.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **DSM V**: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BELISÁRIO, J. F.; CUNHA, P. **Transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: MEC, 2010. v. 9. (Coleção a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar.)

BRASIL. **Atos internacionais**. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/05/atos-internacionais>>. Acesso em: 17 maio 2019.

BRASIL. Decreto n. 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 out. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em 26 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>



ccivil\_03/\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral às pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias no sistema único de saúde.**

Brasília: MEC, 2013. (Série A). Disponível em: <[http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos\\_comunicacao/autismo\\_cp.pdf](http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos_comunicacao/autismo_cp.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BOLSANELLO, M. A. **Educação especial e avaliação da aprendizagem na escola regular.** Curitiba: UFPR, 2005. (Caderno, 1.)

CAMPOS, E. C. A.; CARON, L. **Formação continuada e permanente de professores do atendimento Educacional Especializado para as práticas pedagógicas inclusivas.** São José: ICEP, 2016.

CARAMICOLO, L. G. **Autismo: uma análise institucional do discurso dos tratamentos.** 2013. 81 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CARVALHO, D.; RIBEIRO, S. M. A formação de professores e a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular. In: EDUCERE – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2013, Joinville. **Anais...** Joinville: Univille, 2013. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24088\\_12361.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24088_12361.pdf)>. Acesso em: 03 maio 2019.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

COSTA, A. P. **A importância da afetividade na inclusão escolar.** 2011. 198 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2504/1/2011\\_AndreiaPiresdaCosta.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2504/1/2011_AndreiaPiresdaCosta.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2019.

FAGGIANI, R. B. **Terapia ABA.** (2010). Disponível em: <<http://www.autismo.psicologiaeciencia.com.br/terapia-aba>> Acesso em: 01 maio 2019.

FERREIRA, P. P. T. **A inclusão da estrutura TEACCH na educação básica.** Frutal: Prospectiva, 2016. Disponível em <<http://www.aacademica.org/editora.prospectiva.oficial/24.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

KANNER, L. [1943]. Os distúrbios do contato afetivo. In: ROCHA, P. S. (Org.). **Autismos.** São Paulo: Escuta, 1997. p. 111-170.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEITE, C. F. **As experiências docentes com o método Teacch no atendimento de crianças autistas no ensino regular.** 2015. 56 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Ipatinga, 2015.

MACEDO, M. E. L. **PECS Instrumento de Comunicação e Interação Social para a Inclusão da criança com Perturbações do Espectro do autismo.** 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado

em Ciências da Educação: Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2001.

\_\_\_\_\_; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MARIA, M. R. M.; ANDRADE, I. C. F. Autismo: A origem do preconceito, dos estereótipos e dos processos de cognição. In: ANDRADE, I. C. F de; CARON, L. (Org.). **Educação inclusiva**: compartilhando saberes e fazeres. São José: ICEP, 2015.

MATTOS, S. M. N. A afetividade como fator de inclusão escolar. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 50-59, jul./dez. 2008. Disponível em <<https://docplayer.com.br/17454496-A-afetividade-como-fator-de-inclusao-escolar.html>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MELLO, A. M. R. S. **Autismo guia prático**. 2001. Disponível em: <<http://www.psiquiatriainfantil.com.br/livros/pdf/AutismoGuiaPratico.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

PARANÁ. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**: produções didático-pedagógicas. Curitiba: SEED-PR, 2016. v. 2. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_pdp\\_edespecial\\_uenp\\_elzamarialves.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edespecial_uenp_elzamarialves.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2019.

SERRA, D. Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular. Quando o campo é quem escolhe a teoria. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 21-32, abr., 2010.

## ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

### 1. IDENTIFICAÇÃO

- a. Qual é a sua formação? Possui pós-graduação? Se sim, em qual especialidade?
- b. Há quanto tempo você atua na área da educação?
- c. Em que nível você leciona?
- d. Quantos alunos com TEA você tem em sala?
- e. Eles possuem laudo médico?  
( ) SIM      ( ) NÃO
- f. Você saberia identificar qual é o nível do TEA que seu (s) aluno (os) se enquadram?  
( ) SIM      ( ) NÃO      ( ) TALVEZ

**Comente sobre:**

---

---

---

---

### 2. FORMAÇÃO CONTINUADA:

- a. A instituição em que você trabalha, oferece cursos de formação continuada?
- b. Você tem ou teve interesse na busca de aprimoramento profissional por meio de cursos de especialização?
- c. Durante a sua graduação, o currículo da instituição contemplou a disciplina de educação especial?  
( ) SIM      ( ) NÃO
- d. Qual era a carga horária dessa disciplina?
- e. Qual foi o seu sentimento quando descobriu que teria um aluno autista?

### 3. PRÁTICA PEDAGÓGICA:

- a. Como é realizada a avaliação desse aluno?
- b. E a devolutiva?
- c. A instituição efetuou uma adaptação no currículo para receber esses alunos?
- d. Você conhece algum dos métodos abaixo, utilizados no trabalho com crianças autistas?

( ) SIM      ( ) NÃO      ( ) JÁ OUVI FALAR

**Qual:** ( ) TEACCH      ( ) ABA      ( ) PEC'S ( ) OUTROS

- e. As atividades elaboradas, são adaptadas para alunos com TEA?
- f. Qual a sua visão acerca da afetividade como ferramenta de ensino desses alunos?

### 4. REDE DE APOIO:

- a. Você tem apoio da sua coordenação no trabalho com essas crianças?
- b. Existe uma equipe multidisciplinar que auxilie no trabalho com essas crianças?  
Como acontece?
- c. Como a coordenação pode auxiliar os professores na busca de um ensino efetivo para eles?

### 5. VIVÊNCIAS:

Comente um pouco sobre a sua experiência com esse aluno em sala. Como você entende que deveria ser realizada a inserção desses alunos na escola. O que você entende por educação inclusiva?